

Recebimento: 27/04/2021

Aceite: 11/06/2022

COOPERATIVISMO E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: AGENDA PARA EQUIDADE RACIAL E DE GÊNERO

CO-OPERATIVISM AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS (SDG): AGENDA FOR RACIAL AND GENDER EQUITY

Ivonete da Silva Lopes¹
Bianca Aparecida Lima Costa²
Guilherme Luis Rosa da Silva³
Camila Olívia⁴

Resumo

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) aderiu a agenda das Nações Unidas para promover o desenvolvimento sustentável até 2030. Entre os 17 compromissos estabelecidos, elegemos igualdade de gênero e redução das desigualdades para refletir sobre a promoção da equidade no cooperativismo brasileiro. Utiliza-se como metodologia a pesquisa documental, tendo como principal fonte os anuários da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), e análise de conteúdo das notícias publicadas sobre o tema pela OCB. A pesquisa revela a ausência de dados sobre pertencimento racial e inconstância de informação sobre gênero nos anuários. Contudo, percebe-se que as mulheres estão em posição desfavorável na atividade e ocupam menos cargos de dirigentes, assim como se observa a reprodução da divisão sexual do trabalho. As mulheres têm presença maior nos ramos relacionados ao cuidado, mas são poucas no agropecuário e infraestrutura. Baseado nesses resultados, propomos uma agenda de trabalho que contemple a produção de estatística desagregada por gênero e pertencimento racial; estímulo à produção de conhecimento acadêmico-científico sobre gênero e raça no cooperativismo, e criação de grupos de trabalho para pensar políticas de enfrentamento à desigualdade no setor.

Palavras-chave: Agenda Coop, Diversidade, Equidade, Desenvolvimento, ODS.

Abstract

The International Cooperative Alliance (ICA) has joined the United Nations agenda to promote sustainable development by 2030. Among the 17 commitments established, we elected gender equality and the reduction of inequalities to reflect on the promotion of equity in the Brazilian cooperative movement. We use as methodology the documental research, having as main source the yearbooks of the Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) [Organization of Brazilian

¹ Doutora em Comunicação (UFF). Professora no Departamento de Economia Rural e no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa – MG, Brasil. E-mail: ivonetesilvalopes@gmail.com

² Doutora em Ciências Sociais (PUC-MG). Professora Associada do Departamento de Economia Rural e professora do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa – MG, Brasil. E-mail: bianca.lima@ufv.br

³ Mestre em Extensão Rural (UFV). Viçosa – MG, Brasil. E-mail: guilherme.lrsilva@gmail.com

⁴ Mestranda em Agroecologia (UFV). Viçosa – MG, Brasil. E-mail: camilaolivia@gmail.com

Cooperatives], and content analysis of the news published on the subject by the OCB. The research reveals the absence of data on racial belonging and inconstancy of information on gender in the yearbooks. However, women are in an unfavorable position in the activity and occupy fewer managerial positions, as well as the reproduction of the sexual division of labor. Women have a greater presence in the care-related branches, but are few in agriculture and infrastructure field. Based on these results, we propose a work agenda that contemplates the production of statistics disaggregated by gender and racial belonging; stimulus to the production of academic-scientific knowledge about gender and race in co-operativism, and the creation of working groups to think about policies to confront inequality in the sector.

Keywords: Agenda Coop, Diversity, Equity, Development, SDGs.

Abstract

This article presents an analysis of the women participation in the economically active population in formal jobs and their reflexes on the degree of urbanization, considering the Female Economicly Active Population Index (PEA) and the São Paulo Social Responsibility Index (IPRS), in three municipalities of the sub-region 1 of the Metropolitan Region of Vale do Paraíba and Litoral Norte: Santa Branca, Jacareí and São José dos Campos. The study uses literature review, data about degree of urbanization, number of women in formal jobs, Economically Active Population Index (PEA) and São Paulo Social Responsibility Index (IPRS) with different socioeconomic dynamics. It was found that although women have gained significant space in the labor market, demonstrated through their participation in the economically active population in the three municipalities in RMVPLN sub-region 1, there are still challenges to achieving a better participation of women in labor market in order to contribute to greater female economic efficiency as an essential result of the region's economic development. Despite the advances and the occurrence of metropolization and demetropolization observed in the municipalities under study, the disparity in women's participation in the labor market is present.

Keywords: urbanization; woman; job market.

Introdução

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu em 2015 um plano para promover o desenvolvimento sustentável prevendo ações para erradicar a pobreza, proteger o planeta e melhorar a qualidade de vida. A Agenda 2030, como é conhecida, é formada por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁵ que contemplam um amplo leque de intervenções na área ambiental, educacional, econômica e social. Essa agenda teve adesão da Aliança Cooperativa Internacional que se comprometeu a estimular as cooperativas, por meio da campanha *Coops para 2030*, a incorporar os ODS nas suas práticas (ACI, 2019).

O cooperativismo como atividade formalmente comprometida com o desenvolvimento econômico e social, é considerado como alinhado ao ODS por ser guiada por princípios de “equidade, solidariedade, gestão democrática, compromisso com o meio ambiente e que constituem um conjunto de diretrizes que valorizam os seres humanos sobre o capital (FERNANDEZ-GUADAÑO, LOPEZ-MILLAN, SARRIA-PEDROZA, 2020, LIMA, 2012). Esses autores acabam estabelecendo uma relação direta entre os valores orientadores e a incorporação deles na gestão dessas organizações. No entanto, diferentes estudos indicam que, mesmo potencialmente propícias, as cooperativas não representam espaços mais igualitários para as mulheres, por exemplo, contrariando os próprios princípios organizativos (VIDAL, 2019 e MEIRA, MARTINHO e CASTRO, 2020).

⁵ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são: 1) Erradicação da pobreza; 2) Fome zero e agricultura sustentável; 3) Saúde e bem-estar; 4) Educação de qualidade; 5) Equidade de gênero; 6) Água limpa e saneamento; 7) Energia limpa e acessível; 8) Trabalho decente e crescimento econômico; 9) Inovação infraestrutura; 10) Redução das desigualdades; 11) Cidades e comunidades sustentáveis; 12) Consumo e produção responsáveis; 13) Ação contra a mudança global do clima; 14) Vida na água; 15) Vida terrestre; 16) Paz, justiça e instituições eficazes; 17) Parcerias e meios de implementação. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Se ampliarmos a busca por pesquisas que tratem de aspectos relacionados à diversidade racial, a invisibilidade sobre as inequidades é ainda maior. Nesse sentido, a perspectiva baseada apenas em valores normativos apresenta fragilidade por não problematizar e trazer análises de contextos específicos sobre como e se os princípios são introduzidos na práxis cooperativista. Ademais é importante considerar que a cultura organizacional assimila características locais (TORQUATO, 2012)⁶, isso significa refletir como o cooperativismo lida com o racismo e machismo que permeiam e estruturam as relações na sociedade brasileira.

Nesse caminho que aponta a necessidade de ponderar sobre as particularidades locais, pensar na Agenda 2030 e as ações da campanha Coops para 2030 para o cenário brasileiro demanda tomar raça e gênero como marcadores da desigualdade social (CARNEIRO, 2011; BENTO, 2016; ALMEIDA, 2019). Isso significa que a promoção do desenvolvimento precisa incorporar essas duas variáveis: gênero e raça. O objetivo deste artigo é analisar como a igualdade de gênero (ODS 5) e redução das desigualdades (ODS 10) têm sido incorporados na agenda Coops para 2030 e contribuir para estimular este debate ainda incipiente no cooperativismo brasileiro. É importante ressaltar que a análise abrange informações das cooperativas vinculadas à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) que representa maior parcela destas organizações no país, mas não é a única. O cooperativismo brasileiro é heterogêneo em gestão dos princípios e orientações ideológicas, guardando especificidades em relação ao perfil de seus integrantes, estruturação e representação⁷(GAIGER, 2013).

O texto desdobra-se em três seções. A primeira discute o vínculo entre ODS, cooperativismo e a promoção da equidade, na sequência é apresentada a metodologia e, por último, a discussão sobre os resultados encontrados.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, equidade e cooperativismo

As concepções e formas de se medir o desenvolvimento dos países se alteraram ao longo do século XX sob a influência de diferentes áreas de conhecimento, movimentos sociais e tratados de organismos multilaterais. A ambição relacionada ao “desenvolvimento sustentável”, estabelecido comumente como compromisso com as gerações futuras, foi assimilada pela comunidade internacional, por meio principalmente da Organização das Nações Unidas (ONU), no final da década de 1980 (VEIGA, 2015).

As críticas à ênfase no crescimento econômico associadas às comprovações científicas sobre os limites da natureza e o avanço do debate sobre direitos humanos contribuíram para compreensão de que o desenvolvimento deve incorporar, em sua elaboração, a justiça social e ambiental (VEIGA, 2015). Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia e autor da série de conferências que deram origem à obra “Desenvolvimento como Liberdade”, enfatiza a importância das oportunidades efetivas das pessoas e da eliminação das privações de liberdade substantivas, causadas por, entre outros fatores, as condições de pobreza, falta de acesso a serviços públicos, discriminação, intolerância ou repressão de Estados totalitários (SEN, 2010).

No caso da temática de gênero, é importante destacar a disparidade historicamente designada às mulheres quanto ao acesso a bens e serviços, tratamento social e jurídico quando comparadas aos homens, principalmente os brancos e de classes elevadas. Assim, ‘o sistema gênero’ é um modelo social capaz de moldar identidades e comportamentos. Na abordagem estabelecida pelas Nações Unidas, Giannini (2019, p. 97) aponta que são atravessados dois sistemas: o equilíbrio de gênero e a transversalização de gênero. O equilíbrio de gênero “se refere à possibilidade de que homens e mulheres possam efetivamente participar de todas as atividades associadas à ONU” e a “transversalização de gênero se refere às ações dedicadas a entender o impacto que políticas, ações, estratégias e outros eventos têm para grupo de gênero”.

⁶ Para Torquato (2012), a cultura organizacional é formado por quatro características principais: 1)Aspecto histórico: a experiência ao longo dos anos pesa sobre a comunidade, irradia valores e coesão interna;2)Natureza técnica da empresa: os serviços e produtos que produz contribui para moldar comportamentos, 3)Modelo de gestão organizacional: empresas tendem a possuir gestão diferenciada de acordo com o controle se familiar, autogestionário etc.. e, por fim 4) Osmose geográfica: incorporação de características regionais por conta da proximidade da empresa.

⁷ No ano de 2014, foi fundada a Unicoopas (União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias) formada por quatro organizações nacionais: Unisol Brasil, Unicafes, Concrab e Unicatadores. A entidade se coloca no papel de representação do “cooperativismo solidário” mais próximo aos debates da Economia Solidária. O perfil de seus integrantes e a ênfase ou não nas pautas da ODS não serão debatidos nesse artigo.

De acordo com Giannini (2019), com a fundação das Nações Unidas ocorre o reconhecimento da igualdade de gênero como direito internacional fundamental, amparada pela Comissão sobre o Status da Mulher (CSW) criada em 1947 e outras como Convenção para Eliminação de todas as formas de Discriminação contra Mulheres (CEDAW, 1979). Em 1976, foi estabelecida a “Década da ONU para as Mulheres: Igualdade, Desenvolvimento e Paz”, com a sequência de quatro convenções sobre as mulheres, com destaque para Beijing (1995), o primeiro evento internacional em que a palavra gênero foi utilizada. Em 1976, surgiu no seio da própria ONU organismos dedicados ao combate da disparidade de gênero, como UNIFEM (Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento, atualmente denominada de “ONU Mulheres”).

Assim como se aborda a questão de gênero, a promoção da equidade racial tem sido incorporada pela ONU, agência proponente da Agenda 2030, que advoga a necessidade de medidas para promover a justiça racial. Um dos documentos mais relevantes é o da Conferência de Durban *contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância* de 2001. Convenção análoga a da ONU foi realizada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) que avança ao imputar também ao setor privado, não apenas ao Estado, a responsabilidade pela prática do racismo e implementação de para superá-lo e promover a equidade. De acordo com a convenção cabe aos entes públicos e privados:

[...] promover ações afirmativas, também denominadas como igualdade material, igualdade de oportunidades; prioriza a obrigação estatal e privada de promover a igualdade racial situando a punição à discriminação racial num plano acessório; equipara a responsabilidade do setor privado a do setor público (CEERT, 2016. p.5-6).

No sentido de mobilizar um pacto global em torno de pautas consideradas importantes para o novo século XXI, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecidos pela ONU para o período de 2000 a 2015, já apresentavam entre suas metas aspectos relacionados à igualdade entre os sexos e a qualidade de vida ambiental (VEIGA, 2015; DEERE, 2018), mas sem nenhuma menção à discriminação racial.

Embora o ODM tenha sido uma articulação importante, com foco principalmente em questões relacionadas à fome, mortalidade infantil e algumas doenças, observou-se que, no geral, suas metas ainda eram limitadas diante das complexidades globais e da própria compreensão de desenvolvimento. A reformulação destes objetivos se fez de forma mais participativa, o que ampliou significativamente o conjunto de pautas incorporado nos ODS (VEIGA, 2015).

Veiga (2015) considera que diferente do ODM, que estabelecia metas precisas, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável apresentam pretensões que trouxeram imensos avanços políticos e cognitivos e também certas imprecisões, que não afetam sua importância histórica, mas implica em sua ação prática. No mesmo sentido, Deere (2018) afirma que mesmo com reconhecimento de suas limitações, a Agenda 2030 apresenta uma característica notável ao se embasar na Declaração Universal dos Direitos Humanos, integrando estes direitos à um pacto global pelo desenvolvimento, abarcando dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais. Nessa mesma perspectiva, González (2019, p. 20) afirma que “los ODS tratan de ser la respuesta política y social a las presiones para una mayor integración económica global, con implicación de todos los Estados y, buscando la homogeneización política y social en un mundo en amplio proceso de globalización”.

Podemos observar através da ODS 5 que há um planejamento de amplo escopo para a superação das desigualdades enfrentadas pelas mulheres e meninas a nível global. Ademais, para colocar a questão das mulheres como uma pauta centralizada é necessário reconhecer as situações problemáticas da realidade da desigualdade de gênero, mas sem fragmentá-la em relação as demais desigualdades, como as de raça e classe, promovendo uma transversalidade da perspectiva de gênero com os demais objetivos (GONZÁLEZ, 2019).

Como ressaltado anteriormente, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) aderiu aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ressaltando o potencial das cooperativas, em todo mundo, na promoção dos ODS, já que a missão e valores institucionais destas organizações estão em consonância com as pretensões da Agenda 2030.

Em diferentes documentos produzidos pela ACI e pelo Comitê para Promoção e Avanço das cooperativas⁸ (COPAC), destaca-se que:

Cooperatives can strengthen the means of implementation toward the achievement of the SDGs. With their values and principles such as democratic ownership, transparency and accountability, cooperatives can be key partners in making development processes and institutions more effective and participatory. Principle six of the seven cooperative principles is ‘cooperation among cooperatives.’³ In implementing this principle, cooperatives have created multiple partnerships within the cooperative movement. The seventh cooperative principle “concern for community” drives cooperatives to work for the sustainable development of their communities through actions approved by their members. (COPAC, 2021, p. 2)

Nesse sentido, consideramos que raça e gênero são categorias centrais para a promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil. Os indicadores sociais revelam como o racismo e o machismo colocam os negros⁹ e as mulheres como os grupos mais vulneráveis no país. No mercado de trabalho, por exemplo, a desigualdade “mantém-se presente em todos os 11 níveis de instrução, inclusive no mais elevado: as pessoas brancas ganham cerca de 45% a mais do que as de cor ou raça preta ou parda” (idem). Os negros e as mulheres, embora sejam maioria na sociedade brasileira, estão em desvantagem e ocupam, respectivamente, 29,9% e 39,1% dos cargos gerenciais (IBGE, 2019 e 2018).

Este cenário que caracteriza o Brasil não tem sido motivo de inquietação nas pesquisas acadêmicas relacionadas ao cooperativismo. A invisibilidade destas agendas (ODS 5 e 10) pode nos ajudar a entender que embora “potenciais e propícios”, a igualdade de gênero e raça ainda necessita avançar nessas estruturas das organizações e nas pesquisas sobre o tema. Ilustra a situação o fato da Revista Gestão de Gestão e Organizações Cooperativas (RGC)¹⁰, o principal periódico nacional para publicação da produção do conhecimento neste campo, ter apenas um artigo publicado que discute gênero e raça desde a sua primeira edição em 2014. O texto de Cardoso e Lopes (2021) aponta a ausência de diversidade racial e de gênero na comunicação de três sistemas do cooperativismo de crédito.

Situação similar pode ser verificada nas pesquisas apresentadas no Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC). Criado em 2010, o evento contava com cinco edições realizadas em 2021, três das quais disponibilizam on-line os trabalhos apresentados¹¹, que somavam 211. Apenas cinco deles faziam referência a estudos de gênero e um a respeito de raça e gênero (CARDOSO, LOPES, 2021), sendo esse o encontrado publicado no periódico RGC. As demais pesquisas traziam diferentes perspectivas de gênero no cooperativismo. Júnior e Benevenuto (2012) aborda como o envolvimento de mulheres em atividades solidárias agrega na inserção no mercado; Souza e Silva (2012) tratam de trabalho para qualificar um grupo de mulheres composto por mães e filhas, na venda de produtos (óleo residual e sabonete artesanal), geração de emprego e renda na comunidade; Pedroso e Nunes (2017), através de um estudo realizado com seis presidentas de cooperativas no estado do Rio Grande do Sul, observa as narrativas dessas mulheres com relação a gênero e liderança no cooperativismo; e Siqueira e Melo (2019) analisam os desafios encontrado por mulheres que ocupam cargos na gestão, diretoria em três cooperativas de crédito.

Quais as justificativas da ausência do tema raça ou gênero ou que articulem ambos nas pesquisas sobre cooperativismo? Temos duas hipóteses para esta questão: a primeira delas endógena

⁸ COPAC is a multi-stakeholder partnership of global public and private institutions that promotes and advances people-centered, self-sustaining cooperative enterprises, guided by the principles of sustainable development – economic, social and environmental – in all aspects of its work. The Committee’s current members are the UN Department of Economic and Social Affairs (DESA), the International Labour Organization (ILO), the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), the International Co-operative Alliance and the World Farmers’ Organisation (COPAC, 2021, p.7).

⁹ No Brasil, considera-se negros a soma de pretos e pardos. As categorias raciais utilizadas pelo IBGE que são: branco, pardo, preto, amarelo e indígena.

¹⁰ Buscamos as palavras mulher, gênero, raça e racial no título e resumo dos artigos. No resumo apareceram três artigos, contudo dois deles faziam referência a gênero como variável dos respondentes da pesquisa, não faziam nenhuma menção a discussão de gênero, razão pela qual não estavam no escopo da pesquisa.

¹¹ A primeira e terceira edição do evento não contam com os trabalhos disponíveis nos sites da comissão organizadora.

à atividade e concerne à naturalização dos princípios, como se a existência desses valores representasse sua incorporação. Significa ver o cooperativismo como uma atividade plural. Contudo, as cooperativas estão inseridas em uma sociedade racista, como a brasileira na qual raça tem servido para inferiorizar alguns grupos e valorizar a ascendência europeia. Neste contexto, afirma Nembhard (2020) “co-ops can’t automatically be anti-racist [anti-chauvinism]. We have to deliberately promote and practice racial [and gender] equity—and deliberately unlearn racist [chauvinistic] attitudes and stereotypes”.

A segunda hipótese refere-se à cultura nacional que incorporou o mito da democracia racial que conforme Hasenbalg (1995, p.369) essa “noção de mito para qualificar a ‘democracia racial’ é aqui usada no sentido de ilusão ou engano e destina-se a apontar para a distância entre representação e realidade, a existência de preconceito, discriminação e desigualdades raciais e sua negação no plano discursivo”. No cooperativismo isso pode ser visto como discurso da pluralidade ou ainda na ausência de informações sobre pertencimento racial dos cooperados e dos trabalhadores, postura que nos leva a inferir que raça não é considerada como uma variável relevante para se pensar políticas de equidade em diálogo com os ODS¹².

Metodologia

Este artigo combinou dois procedimentos metodológicos: pesquisa documental e análise de conteúdo. A pesquisa documental tem como objetivo analisar fontes documentais primárias e dela extrair as informações, como em documentos factíveis, onde são avaliados o contexto histórico, a autenticidade, autoria e a natureza do texto (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). A análise de conteúdo, por sua vez, permite a interpretação de diferentes tipos de materiais, com objetividade e aprofundamento no tema, passando pelas etapas de exploração, tratamento e interpretação dos resultados (SILVA; FOSSÁ, 2015).

Assim, os documentos estudados foram os anuários dos anos de 2019 e 2020 da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que são baseados em pesquisa realizada pela instituição com as cooperativas filiadas. A escolha da OCB se deve ao fato da mesma ser um organismo de representação das cooperativas no Brasil e importante fonte para o entendimento deste movimento no país. Para verificar se esses relatórios trazem informações sobre a variável pertencimento racial e de gênero entre os cooperados e os trabalhadores que atuam nessa atividade elegemos o material da OCB por se tratar do documento mais amplo com informações e dados estatísticos sobre os diferentes ramos do cooperativismo nacional. Após a análise do conteúdo, será destacado se existem e como estão representadas as distribuições de gênero e raciais nos diferentes ramos das cooperativas brasileiras.

Se por um lado os anuários possibilitam conhecer os números do setor e pensar políticas para o enfrentamento das desigualdades, conforme o compromisso da campanha *Coops para 2030*, a análise de conteúdo permite verificar como os ODS 5 e 10 que versam sobre a equidade de gênero e redução da pobreza têm sido comunicados pela OCB. Fizemos a busca por notícias publicadas no site da organização estudada pela sigla “ODS” e “Objetivo de Desenvolvimento Sustentável” entre 2018 e 2020. Foram encontradas 65 notícias (28 em 2020; 19 em 2019 e 22 em 2018). A maioria delas fazia alusão a eventos, ao Dia do Cooperar e outras atividades envolvendo parcerias alinhadas aos ODS. Apenas sete textos estavam associados aos temas abordados neste trabalho.

Resultado e discussão

Esta seção se concentra na exploração dos anuários para perceber como gênero e raça aparecem nas estatísticas para se pensar políticas de enfrentamento à desigualdade e redução da pobreza e, posteriormente, se dedica à análise das notícias publicadas sobre os ODS analisados neste trabalho.

Gênero e raça nos anuários

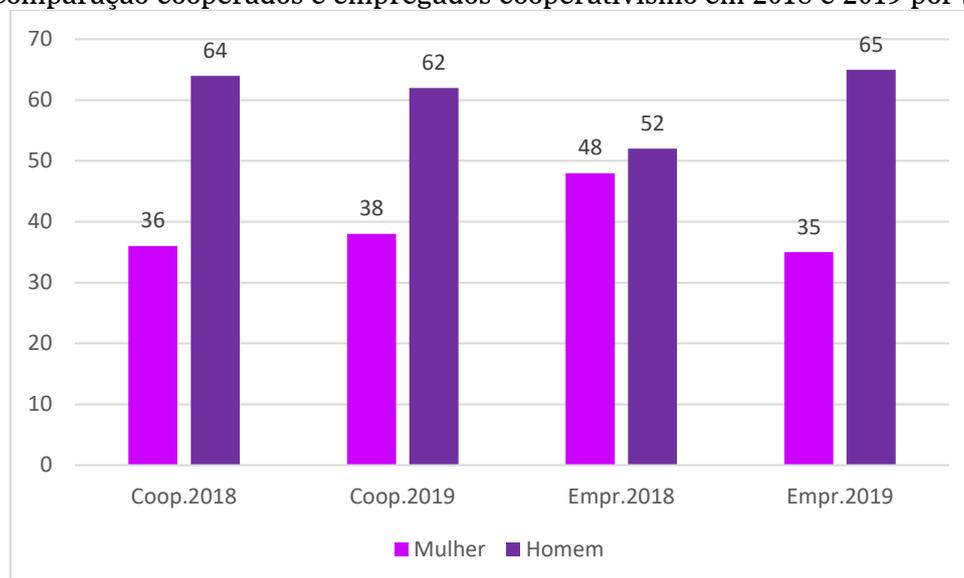
Nas edições analisadas do Anuário OCB 2020 e 2019¹³ é possível verificar a super-representação masculina tanto no quadro social quanto entre os trabalhadores do setor (Gráfico 1).

¹² No próximo tópico traremos análise dos dados dos anuários.

¹³ O anuário OCB passou a ser publicado em 2019 e até 2018 publicava um relatório de gestão, com menos detalhes que o atual documento.

Os homens somavam 48,2% dos brasileiros (IBGE, 2018), contudo representavam 62% dos cooperados e 65% dos trabalhadores do setor em 2019. No ano anterior (2018) correspondiam respectivamente a 64% e 52% do quadro social e da força de trabalho. As mulheres mesmo sendo maioria da população não chegaram a ser metade das posições nos dois períodos verificados. Entretanto, percebe-se uma pequena redução da desigualdade com aumento da participação feminina em 2% na formação do quadro social das cooperativas em 2019 em relação ao ano anterior.

Gráfico 1: Comparação cooperados e empregados cooperativismo em 2018 e 2019 por sexo (%)



Fonte: Autoras com base Anuário OCB 2019 e 2020

No que tange aos empregados no setor, em 2018 havia maior paridade entre homens e mulheres, sendo que as pessoas do sexo masculino ocupavam 4% mais posições do que as do sexo feminino. Nos dois anos analisados houve uma redução de 48% para 35% das mulheres trabalhadoras do cooperativismo, enquanto os homens tiveram uma ampliação de 52% para 65%.

No anuário de 2020, os homens representavam 30% a mais da força de trabalho se comparado às mulheres. Esse refluxo da presença feminina no setor vai de encontro ao que observa nas pesquisas que indicam que a população do sexo feminino é a mais escolarizada, 16,9% possui ensino superior em comparação a 13,5% entre os homens (IBGE, 2018). Esses dados ajudam a compreender a face da discriminação por gênero, as mulheres mesmo sendo as mais preparadas para o mercado de trabalho ganham menos e são as primeiras a perderem o trabalho.

Outro aspecto que merece ser observado nos anuários é a retirada de estatística sobre as mulheres. O último documento (2020) deixou de trazer informações sobre os dirigentes por sexo, enquanto o de 2019 mostrava que apenas 25% dos cargos de direção eram ocupados por cooperadas (OCB, 2020). Se considerarmos a redução em 13% das trabalhadoras no setor, provavelmente deve ter ocorrido significativo encolhimento da presença feminina como dirigentes nessas organizações.

Como pensar o engajamento aos ODS e sobretudo a promoção da igualdade sem conhecer onde estão as mulheres no cooperativismo, sua escolaridade, renda, pertencimento racial e outras informações relevantes para se pensar políticas de equidade de gênero? Por equidade de gênero adotamos a concepção de Kaaber (2005, apud ACI, 2016, p. 10) que se refere “[...] an ideal state in which women are receiving and gaining access to the same benefits (stable employment, income, safe working conditions, leadership roles, and social mobility) as men”. Perspectiva que pode ser alargada para se referir à equidade racial, na qual negros teriam as mesmas condições de acesso e mobilidade social que os brancos.

Se as estatísticas sobre a participação feminina no cooperativismo são inconstantes, portanto frágeis, dados sobre pertencimento racial são inexistentes. A negligência quanto à coleta de dados sobre o quesito raça geralmente é associado como não discriminação, ou seja, como se raça não fosse uma variável relevante. Essa prática é comum no Brasil onde se “reconhece a existência da raça e do racismo, mas nega componentes estruturais e outros elementos de raça e racismo para além de um nível individual e de uma leitura visual, e atribui os problemas do racismo à discussão ou ao seu reconhecimento” (NOBLE e ROBERTS, 2020, p. 38).

A inexistência do quesito raça é uma das formas de negar a existência do racismo, assim como dificultar que sejam reivindicadas políticas, como destaca documento da Fenaj (2006):

A implementação de políticas de promoção da igualdade racial exige, no plano operacional, o enfrentamento de um problema básico: a (des)informação sobre cor tanto dos empregados ou funcionários de uma empresa ou órgão público, quanto dos usuários de serviços, públicos e privados.

Cabe lembrar a inclusão do quesito racial é uma reivindicação antiga no movimento social negro que em 1995 elaborou o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, entregue ao presidente brasileiro à época, Fernando Henrique Cardoso.

O documento solicitava a inclusão “do quesito cor em todo e qualquer sistema de informação sobre a população [...]. A criação desta base de dados sobre a população negra é fundamental para a formulação de políticas públicas específicas para todas as áreas de interesse da questão racial” (SANTOS, 2014, p.132). Embora esta tenha sido uma solicitação feita ao Estado brasileiro, nada impede que o cooperativismo como atividade preocupada com o desenvolvimento social da sociedade adicione essa informação na coleta de dados dos anuários, especialmente porque a adesão aos ODS implica na redução à pobreza e na promoção da equidade de gênero, portanto significa olhar para a situação das mulheres como grupo social heterogêneo e entender a situação das negras dentro do cooperativismo.

Ainda sobre que tange às estatísticas, esse parece ser um problema do cooperativismo internacional. Pesquisa financiada pela ACI e desenvolvida por Duguid e Weber (2016) apontam a escassez de dados desagregados e padronizados sobre a participação feminina neste setor. As autoras enfatizam:

There is a lack of universal and/or standardized data about women and co-operatives. Without routinely collected sex-disaggregated data based on indicators reflecting women's empowerment and gender equality – even the basics, such as number of female board members, number of female members, number of females employees, or number of females in leadership positions – it is difficult to grasp the complete picture of the individual co-operative, sector, geographical jurisdiction, or the co-operative movement as mechanisms for supporting women's agency, empowerment, and gender equality. Additional gender indicators such as time use, paid and unpaid work, and wage differences are also valuable to understanding co-operatives' role in gender equality and women's empowerment. Without disaggregated gender data there can be no baseline from which to gauge success or areas that need improvement, no forecasting towards a gender equal future, and no benchmarking trends towards improved gender equality and women's empowerment (DUGUID e WEBER, 2016, p.56).

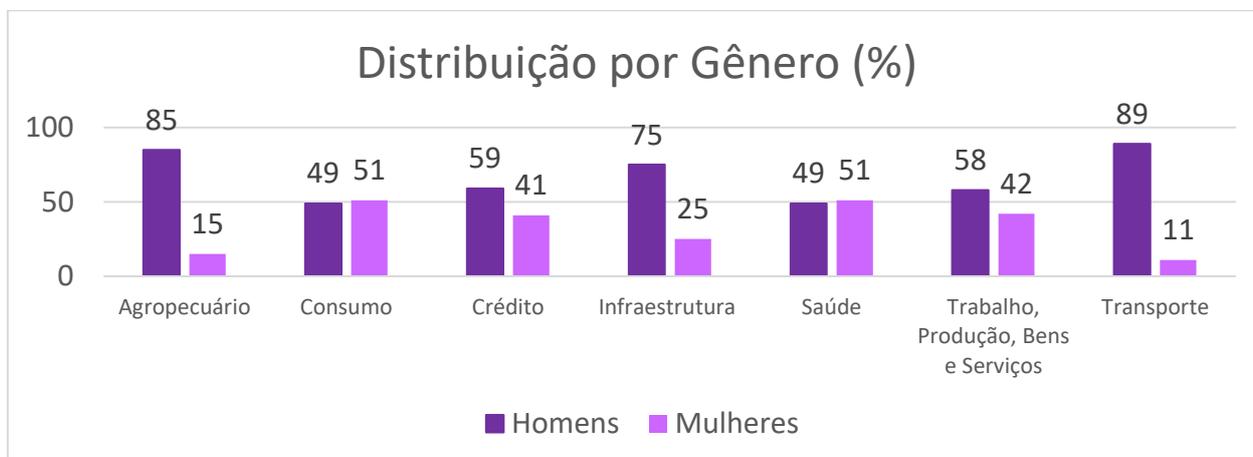
Conhecer o perfil e a realidade das mulheres é central para promover a equidade. Nesta mesma direção a ONU, como proponente da Agenda 2030, já manifestava a necessidade da produção de dados sobre gênero no final do século XX. “A distribuição equitativa do poder e da tomada de decisões em todos os níveis depende de que os governos e outros agentes realizem análises estatísticas de gênero e incorporem uma perspectiva de gênero no processo de formulação de políticas e execução de programas” (ONU MULHERES, 1995, p.87).

Distribuição de mulheres e homens nos ramos do Cooperativismo

Conforme ressaltado no item anterior, a falta de dados adequados sobre gênero e a inexistência de informações sobre pertencimento racial já demonstram a importância dada às temáticas nos documentos anuais organizados e publicados pela OCB. Se analisarmos o quadro de distribuição de homens e mulheres por Ramos do Cooperativismo, outros elementos nos saltam aos olhos em relação aos debates de gênero. Os dados trabalhados nessa seção estão baseados somente no anuário de 2020 em função da reestruturação dos Ramos realizada pela OCB, diminuindo de 13 para 7, sendo eles: Produção de Bens e Serviços; Infraestrutura; Consumo; Transporte; Saúde, Agropecuário; Crédito.

Quando comparado os ramos do cooperativismo, as desigualdades são ainda mais acentuadas do que a distribuição total entre homens e mulheres apresentadas anteriormente, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 2: Distribuição por Gênero



Fonte: Autoras com base OCB (2020)

Dos sete ramos organizados pela OCB, três deles se destacam em relação às diferenças de associados entre homens e mulheres. O ramo agropecuário¹⁴, caracterizado no Brasil por abarcar grandes cooperativas do agronegócio, reúne 1.223 cooperativas, chegando a quase 922.111 cooperados, sendo que a presença feminina é de apenas 15%. No caso dos quase 210 mil empregados, as trabalhadoras somam apenas 19%. Estes dados podem revelar não só a desigualdade no campo brasileiro e o fato das mulheres ainda terem menos titularidades de terras ou ter seu trabalho reconhecido. O Censo Agropecuário (2017) revela que apenas 19% das proprietárias rurais são mulheres no Brasil, índice abaixo da média mundial que é 30%, já considerado crítico pela ONU por evidenciar a significativa desigualdade de gênero (FAO, 2017).

No caso do ramo da Infraestrutura¹⁵, do total de 265 cooperativas, o percentual de mulheres no quadro social chega a 25% do total de 1.138.786 cooperados e 21% de 7.315 empregados. Nesse caso, a baixa participação feminina pode estar relacionada também a característica dos profissionais envolvidos nesse mercado, como o é o caso das engenharias. Dados do Censo da Educação Superior de 2019 (2020) reforçam este argumento se analisarmos os indicadores de concluintes por sexo nas áreas de engenharia, produção e construção em que apenas 37,3% são pessoas do sexo feminino.

O ramo de Transporte¹⁶ é o que apresenta a maior diferença em relação a participação das mulheres. Das 1.093 cooperativas apenas 11% dos 99.568 cooperados são mulheres e 36% dos 8.531 empregados. Mais uma vez a característica profissional e a separação entre o sexo em sua ocupação ajuda a compreender esta diferenciação tão acentuada.

Os ramos de crédito¹⁷ e trabalho, produção, bens e serviços¹⁸ apresentam taxas em que as mulheres ocupam respectivamente 41% e 42% do quadro social. Nas cooperativas de crédito que totalizam 827 cooperativas e 10,7 milhões de cooperados, 49% dos trabalhadores são mulheres de 71,7 mil. De forma similar, as cooperativas do Ramo de Trabalho, Produção e Bens e Serviços¹⁹ engloba 860 cooperativas, num total de 221.134 cooperados dos quais 58% são homens e 42% mulheres, e 9.759 de empregados, nesse caso, são 45% de homens e 55% de mulheres.

¹⁴ O ramo agropecuário envolve cooperativas de prestação de serviços, extrativista, agroindustrial, quícola ou pesqueira e em diferentes cadeias produtivas (OCB, 2020).

¹⁵ As cooperativas do ramo infraestrutura englobam empreendimentos de distribuição de energia elétrica, saneamento básico, telecomunicação, construção civil, irrigação e habitação (OCB, 2020).

¹⁶ Nesse ramo, os cooperados devem possuir a posse ou propriedade do veículo para prestação de serviços de transporte de cargas e/ou passageiros, incluindo moto, taxi, van, ônibus ou caminhão (OCB, 2020).

¹⁷ Organizações destinadas à prestação de serviços financeiros (OCB, 2020).

¹⁸ São cooperativas de prestação de serviços especializados e produção de bens (OCB, 2020).

¹⁹ Englobam cooperativas de prestação de serviços especializados a terceiros e produção de bens (OCB, 2020).

Os únicos dois ramos em que a presença de mulheres nos quadros sociais é ligeiramente superior são Consumo²⁰ e Saúde²¹, ambos com 51% de representação. No caso do consumo, totalizam-se 263 cooperativas com cerca de 2 milhões de associados e 14.800 empregados, sendo que as mulheres são 53%, ou seja, também a maioria. Na saúde, são 783 cooperativas, sendo 108.100 empregados com 64% de mulheres. É bem importante ressaltar que estes dois segmentos compreendem organizações com forte vinculação com as tarefas de cuidado, sejam cooperativas educacionais no ramo consumo, ou as cooperativas de enfermeiras ou cuidadoras na saúde.

É interessante notar que embora tenham uma distribuição “mais igualitária”, se comparamos com o contingente de profissionais formados, em 2019, nas áreas de “Educação” e “Saúde e bem-estar”, verificamos que o percentual de mulheres é significativamente maior sendo 75,6% e 73,85%, respectivamente (CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2020). Ou seja, nem nos espaços em que poderíamos ter uma presença mais expressiva de mulheres, em virtude da formação profissional, as cooperadas têm maior participação nos quadros sociais.

Nesse sentido, aspectos já encontrados na literatura sobre divisão sexual do trabalho que reflete os aspectos de hierarquização e de separação nas ocupações assumidas no mercado de trabalho entre homens e mulheres nos parecem bem presentes na conformação dos ramos do cooperativismo estudados. Segundo Hirata e Kergoat (2007)

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 599).

Assim, existem trabalhos específicos de mulheres e trabalhos específicos para homens, sendo o destes mais valorizados (Ibidem, 2007). Lima (2012) em seu estudo sobre uma cooperativa habitacional constatou que o “saber prático” que homens possuem sobre tarefas “reconhecidas” como masculinas também operam na construção da divisão sexual do trabalho, onde mulheres deveriam se ocupar de “trabalhos leves”.

Equidade de gênero e redução da pobreza na comunicação OCB

Nesta parte final fazemos uma análise não exaustiva sobre as notícias publicadas pela OCB entre 2018 e 2020. Foram encontradas 65 publicações, 75,4% delas são notícias que fazem referência à divulgação, participação em eventos, reuniões (43,1%) e sobre o Dia C (32,3%) entre outros. O que nos interessou ver foram os textos que tratam da equidade de gênero e redução da pobreza, sobretudo aqueles que mencionam raça e desigualdade. No período estudado foram encontradas apenas sete notícias, ou seja, 10% dos textos publicados abordavam os respectivos temas.

²⁰ Engloba as cooperativas destinadas a compra em comum de produtos e/ou serviços para seus cooperados, incluindo as educacionais, integradas ao ramo recentemente (OCB, 2020).

²¹ Envolvem cooperativas dedicadas a prover ou adquirir serviços focados na preservação, assistência e promoção da saúde humana (OCB, 2020).

Quadro 1: Notícias sobre ODS 5 e 10

| Data | Título | Abordagem |
|------------|---|--|
| 10/07/2020 | Celebração do Dia C mostra força das coops | Análise inicial das ações (geral, pandemia, não referentes a pandemia) do Dia C por ramo, objetivos do ODS (OBS: 8 de gênero; 208 erradicação da pobreza) |
| 16/03/2020 | ACI fala sobre igualdade e empoderamento | Mensagem da ACI no Dia internacional das mulheres; De vários países com informação relacionados às mulheres no cooperativismo |
| 21/01/2020 | Cooperativa do Piauí recebe apoio do PNUD | Cooperativa de mulheres artesãs, selecionada em um projeto do PNUD em parceria com o Governo do Piauí (projeto ODS Piauí) |
| 16/07/2019 | Dia C mostra a força das cooperativas em 400 cidades | Celebração do evento Dia C e sua parceria com a ONU no combate a pobreza do mundo até 2030 |
| 10/12/2018 | Igualdade de gênero é fundamental para economia | Seminário Internacional de Gênero e Cooperativismo realizado pelo MAPA e OCB (Entrevista com Graciela Fernandez, presidente da ACI-Américas, fala sobre igualdade de gênero, papel das mulheres no cooperativismo) |
| 29/10/2018 | OCB participa da 5ª Cúpula de Cooperativas das Américas | Evento com o tema: O Cooperativismo frente aos desafios globais. (Graciela Fernandez se tornou a primeira mulher presidente da ACI-Américas) |
| 14/03/2018 | Cooperativas têm a tarefa de empoderar as mulheres | Declaração da ACI por ocasião do Dia Internacional da Mulher 2018 (Aborda sobre o ODS 5 salienta a necessidade de ações para promover equidade). |

Fonte: Autoras com base notícias OCB

Como se pôde observar há inexistência de notícias que trazem na abordagem a associação sobre redução da pobreza e o desenvolvimento de ações para promover a equidade racial no cooperativismo. Não se adota a perspectiva racial, o que consideramos uma vulnerabilidade do setor para promover seus valores e, sobretudo, os ODS. O contrário se percebe sobre a equidade de gênero, tema mais frequente nas publicações. Contudo, nota-se que a temática aparece vinculada apenas a eventos e datas comemorativas. São dois textos falam da promoção da equidade relacionadas a eventos “[Igualdade de gênero é fundamental para economia](#)” do Seminário Internacional de Gênero e Cooperativismo realizado pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA) e OCB e “OCB participa da 5ª Cúpula de Cooperativas das América” que reflete sobre os desafios do cooperativismo e destaca a primeira mulher presidente da ACI-Américas. Outras quatro notícias focam no Dia C e no dia Internacional da Mulher, como exemplo o texto “[Cooperativas têm a tarefa de empoderar as mulheres](#)” que é uma declaração da ACI que destaca a necessidade do cooperativismo promover ações de equidade de gênero.

Pelas notícias publicadas observa-se uma concepção adotada pelo cooperativismo nacional da promoção da equidade de gênero muito associada a ações pontuais, como eventos e datas comemorativas. Isso parece demonstrar que não há ações ou políticas que procurem analisar e promover mudanças estruturais para empoderar as mulheres no cooperativismo e na sociedade brasileira.

Apontamentos finais para a construção de uma agenda

Os dados disponibilizados pelos anuários OCB mostram explicitamente que as mulheres estão em posição de desvantagem aos homens tanto entre os cooperados quanto entre os trabalhadores. Os dados sobre a presença feminina por ramo do cooperativismo conduzem a interpretação que essa atividade reproduz o mesmo padrão de gênero da sociedade brasileira, materializando internamente a divisão sexual do trabalho, que restringe a participação feminina a alguns segmentos. Mostra o anuário (OCB, 2020) que as mulheres são minorias em ramos/atividades consideradas masculinas (agropecuária e infraestrutura) e aparecem como grupo principal nas atividades de cuidado (consumo e saúde).

A produção de estatística desagregada e com séries históricas sobre mulheres e negros dentro do cooperativismo se mostra uma necessidade urgente para se pensar políticas de enfrentamento à desigualdade de gênero e racial. A incorporação à Agenda Coops para 2030 precisa ser pensada com ações políticas concretas e duradouras. As notícias publicadas sobre os ODS demonstram que eventos e ações pontuais têm sido priorizadas em detrimento do enfrentamento à desigualdade trazidas pelo machismo e racismo que hierarquizam as relações sociais no país, sobretudo no mercado de trabalho e na representação de mulheres e negros em setores econômicos, como o cooperativismo.

Diante do cenário encontrado, sugerimos: 1) Produção de estatística desagregado por raça e gênero no cooperativismo. Isso pode ser feito por meio do estímulo aos Sescops estaduais produzam seus anuários em consonância com a coleta de dados nacional para se ter um censo nacional do cooperativismo que tragam informação sobre onde estão as mulheres, negros e LGBTQ+ no setor, qual a escolaridade, renda entre outros; 2) Parceria com universidades para produção de conhecimento sobre gênero e raça, a exemplo do edital Sescop/CNPq (2018) que buscava estimular pesquisa sobre a atividade, contudo o enfoque econômico em detrimento do social, pensar uma chamada com perspectiva social que poderá servir de orientação para implementação de políticas; 3) Criação de grupos de trabalhos de raça e gênero para pensar políticas de inclusão, ação afirmativas e outras para reduzir a desigualdade no cooperativismo.

Referências

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL-ACI. **Cooperatives for 2030 campaign**. Disponível em: <https://www.ica.coop/en/our-work/coops-for-2030>. Acesso em 23 de abril 2020.

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL-ACI. **Gender equality and women's empowerment in co-operatives 2016**.

Disponível em: <https://genderequality.coop/sites/default/files/publication-files/womencoops-literature-review-1641374184.pdf>. Acesso em 23 de abril 2021.

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Polén, 2019.

BENTO, C. (2016). **Gênero e raça: o desafio das empresas brasileiras**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/genero-e-raca-o-desafio-das-empresas-brasileiras/>. Acesso em 15 jan.2021.

CARDOSO, J.S.M.; LOPES, I.S.. Diversidade racial e de gênero: análise da comunicação do cooperativismo de crédito. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 8, n. 15, p. 01-27, 2021.

CARNEIRO, S.. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASTRO JR, R.C ; BENEVENUTO, M.A. R. **Economia Solidária e Gênero: um Estudo com Mulheres Empreendedoras**, 2012. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/revista-saber-cooperar/10/ano-iv--edicao-especial-pesquisa-e-educacao--marco-e-abril-de-2013>. Acesso em: 10 de abril 2021.

CEERT. **Conveção Interamericana contra o racismo: Um novo vetor de atuação do estado**. São Paulo: Ceert, 2016.

COMMITTEE FOR THE PROMOTION AND ADVANCEMENT OF COOPERATIVES -COPAC. **Transforming-our-world-a-cooperative-2030-cooperative-contributions-to-sdg-17**. Disponível em: <http://www.copac.coop/transforming-our-world-a-cooperative-2030-cooperative-contributions-to-sdg-17/> . Acesso em: 10 de abril 2021.

DEERE, C.D.. **Objetivos de desenvolvimento sustentável, igualdade de gênero e a distribuição de terra na América Latina**. **Cadernos pagu**, n. 52, 2018.

DUGUID, F.; WEBER, N. Gender equality and women's empowerment in co-operatives A literature review. **International Co-operative Alliance**. Disponível em: <https://www.ica.coop/sites/default/files/publication-files/womencoops-literature-review-1641374184.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

FAO. **Mulheres rurais são essenciais para a garantia da segurança alimentar**. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1063661/>. Acesso em: 18 abr. 2021

FENAJ. **Teses e moções do 31º Congresso Nacional de Jornalistas**. João Pessoa (PB), de 4 a 8 de agosto de 2004.

FERNANDEZ-GUADAÑO, J.; LOPEZ-MILLAN, M.; SARRIA-PEDROZA, J. Cooperative Entrepreneurship Model for Sustainable Development. *Sustainability* **2020**, 12, 5462. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342771384_Cooperative_Entrepreneurship_Model_for_Sustainable_Development. Acesso em: 23 de abril 2021.

GAIGER, L.I. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2013, vol.28, n.82, pp.211-228.

GIANNINI, R.A. ODS 5 “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas sustentável”. In: **Os objetivos de desenvolvimento sustentável e as relações internacionais / Henrique Zeferino de Menezes** (organizador). – João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

GONZÁLEZ, P.H. Tienen perspectiva de género los ODS? In: **Necesidad de la igualdad de Género para transformar nuestro mundo: Papel de los Objetivos de Desarrollo Sostenible**. DM, 2019

HASENBALG, C. A. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. **Dados**. . *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 38, nº 2, pp. 355 a 374, 1995.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Desigualdades sociais por Cor ou Raça no Brasil. Estudos e pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019, nº 41. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 15 mai.2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Disponível em: Rio de Janeiro:

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE. **Censo Agro, 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 23 de abril 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior. 2019**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 23 de abril 2021

LIMA, M.S.. Cooperativismo: uma experiência feminina na arte de produzir conquistas. **Revista estudos feministas**, v. 20, n. 1, p. 209-232, 2012.

MEIRA, D., MARTINHO, A.L., CASTRO, C. (Des)igualdade de gênero nos órgãos das cooperativas portuguesas: uma análise exploratória. **Revista Eletrônica Gestão & Sociedade**. v. 14, n. 38, p. 35 2 6-3 5 4 4, 2020

NEMBLHARD, J.G. **Racial Equity in Co-ops: 6 Key Challenges and How to Meet Them**. Disponível em: <https://nonprofitquarterly.org/racial-equity-in-co-ops-6-key-challenges-and-how-to-meet-them/>. Acesso em: 15 fev. 2021

NOBLE, S. ROBERTS, S. T. Elites tecnológicas, meritocracia e mitos pós raciais no Vale do Silício.6 Vol. 22 Nº 1 - janeiro/abril 2020. **Revista Fronteiras - estudos midiáticos**.

ONU MULHERES. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Conferência Mundial Sobre a Mulher**. 1995. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL. **Anuário do cooperativismo brasileiro, 2019**. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/publicacao/53/anuario-do-cooperativismo-brasileiro-2019>. Acesso em 23 de abril 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL. **Anuário do cooperativismo brasileiro, 2020**. Disponível em: <https://www.somoscooperativismo.coop.br/numeros>. Acesso em 23 de abril 2021.

PEDROSO, R.V.; NUNES, M.F.. **Gênero e liderança no cooperativismo: atravessamentos de gênero no exercício da liderança de presidentas de cooperativas gaúchas**. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/publicacao/50/iv-encontro-brasileiro-de-pesquisadores-em-cooperativismo>. Acesso em: 10 de abril 2021.

SANTOS, S.A. **Educação. Um pensamento negro contemporâneo**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, v. 16, n. 1, 2015.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de bolso, 2010.

SOUZA, A.O.; SILVA, D.C. **Como o cooperativismo e a responsabilidade socioambiental podem caminhar juntos: um relato de experiências em comunidades rurais do Nordeste**, 2012. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/revista-saber-cooperar/10/ano-iv--edicao-especial-pesquisa-e-educacao--marco-e-abril-de-2013>. Acesso em: 10 de abril 2021.

SIQUEIRA, H.G.; MELO, M.C.O.L. Empoderamento feminino: estudo de caso em três cooperativas de crédito do centro oeste mineiro.. In: **Anais do 5º encontro brasileiro de pesquisadores em cooperativismo (EBPC)**. Anais.Brasília(DF) IFB - Campus Gama, 2019. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/ebpc/170168-EMPODERAMENTO-FEMININO--ESTUDO-DE-CASO-EM-TRES--COOPERATIVAS-DE-CREDITO-DO-CENTRO-OESTE-MINEIRO>. Acesso em: 10 de abril 2021.

TORQUATO, G. **Cultura, poder, comunicação, crise e imagem: Fundamentos das organizações do século XXI**. Cengage Learning, 2012.

VEIGA, J.E.. **Para entender o desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2015.

VIDAL, M.J.S. Herramientas jurídicas para la aplicación de la perspectiva de género a la regulación de las cooperativas y otras entidades de la economía social. **Deusto Estudios Cooperativos**. Núm. 12 (2019), Bilbao, pp. 13-55.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.